



**MINISTÉRIO DA FAZENDA  
TERCEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTES  
SEGUNDA CÂMARA**

---

**Processo nº** 10120.003475/2003-04

**Recurso nº** 130.992 Voluntário

**Matéria** INFRAÇÃO ADMINISTRATIVA

**Acórdão nº** 302-37.901

**Sessão de** 23 de agosto de 2006

**Recorrente** JOÃO COELHO DE MORAES

**Recorrida** DRJ-BRASÍLIA/DF

---

Assunto: Obrigações Acessórias

Ano-calendário: 2000, 2001

Ementa: PROCESSO ADMINISTRATIVO FISCAL.  
RECURSO. COMPETÊNCIA DE JULGAMENTO.

Compete ao Primeiro Conselho de Contribuintes julgar os recursos de ofício e voluntários de decisão de primeira instância que versa sobre exigência multa por atraso na entrega de Declaração sobre Operação Imobiliária (DOI).

DECLINADA A COMPETÊNCIA.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.

ACORDAM os Membros da SEGUNDA CÂMARA do TERCEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTES, por unanimidade de votos, acolher a preliminar para declinar da competência do julgamento do recurso em favor do Egrégio Primeiro Conselho de Contribuintes, nos termos do voto do Relator.

JUDITH DO AMARAL MARCONDES ARMANDO - Presidente

LUCIANO LOPES DE ALMEIDA MORAES - Relator

**19 SET 2006**

Participaram, ainda, do presente julgamento, os Conselheiros: Elizabeth Emílio de Moraes Chieregatto, Corintho Oliveira Machado, Rosa Maria de Jesus da Silva Costa de Castro, Mércia Helena Trajano D'Amorim e Luis Antonio Flora. Ausente o Conselheiro Paulo Affonsoeca de Barros Faria Júnior. Esteve presente a Procuradora da Fazenda Nacional Maria Cecília Barbosa.

## Relatório

Trata-se de recurso voluntário interposto contra decisão de 1º grau de jurisdição administrativa que manteve a exigência de multa por atraso na entrega de 175 declarações referentes ao ano de 2000 e 13 relativas ao ano de 2001 da Declaração sobre Operação Imobiliária (DOI) do Paraúna Cartório do Primeiro Ofício de Notas, de propriedade do recorrente, conforme tabela de fls. 205/209, perfazendo um valor total de R\$ 30.104,78.

A decisão de primeira instância promovida pela Delegacia da Receita Federal de Julgamento de Brasília/DF, DRJ/BSB nº 08.485, de 05/12/2003 (fls. 227/233), julgou procedente o lançamento realizado, já que configurado o atraso na entrega, fato não negado pelo contribuinte.

Regularmente científica da decisão de primeira instância, fls. 236, o interessado apresentou Recurso Voluntário ao Conselho de Contribuintes, fls. 237/242, alegando confisco e a aplicação do instituto da denúncia espontânea.

Às fls. 244 é realizado o arrolamento dos bens.

Às fls. 246 é requerida nova intimação do contribuinte, para que regularize sua representação processual e refazer a relação de bens arrolados, pois a original foi em desacordo com o disposto na IN nº 264/2002.

Realizada a diligência requerida pelo contribuinte, é proposto o encaminhamento do processo para este Conselho de Contribuintes, fls. 252/254.

Às fls. 255 é enviado Ofício ao 1º Cartório do Registro de Imóveis de Paraúna para averbação do arrolamento realizado, tendo sido dado, após, o devido seguimento ao recurso.

É o Relatório.

## Voto

Conselheiro Luciano Lopes de Almeida Moraes, Relator

O Recurso é tempestivo e dele tomo conhecimento.

A discussão travada no processo diz respeito à validade da imposição de multa de ofício por atraso na entrega de Declaração sobre Operação Imobiliária (DOI).

Em virtude de o presente recurso tratar de matéria alheia às competências deste Terceiro Conselho, suscito a preliminar de falta de pressuposto subjetivo deste Conselho para julgar a matéria e, por via de consequência, deve-se declinar da competência para o Primeiro Conselho de Contribuintes.

Em face do exposto, voto no sentido de não conhecer do recurso e endereçá-lo ao competente Conselho de Contribuintes para julgamento.

Sala das Sessões, em 23 de agosto de 2006

LUCIANO LOPES DE ALMEIDA MORAES - Relator